

Argentina, Brasil e Venezuela: os múltiplos olhares em relação à integração regional

Rafael Araujo

Resumo

O fim da primeira década do século XXI marcou a consolidação do processo de integração sul-americano. Tal processo é fruto de tentativas de unidade iniciadas na década de 1950. Neste artigo buscaremos discutir a história do processo de integração regional e aliança Argentina, Brasil e Venezuela para a consolidação desse processo.

Palavras-chave: Integração. América do Sul e Brasil.

O pan-americanismo, a integração latino-americana e o papel do Brasil

A luta pela independência das colônias europeias no Novo Mundo e a posterior consolidação desses processos no início do século XIX promoveram entre as lideranças políticas dos diversos países emergidos das batalhas contra os colonizadores, sobretudo na antiga América Hispânica, propostas de unidade. O receio em relação à ameaça recolonizadora representada pela Europa e o desejo de influência dos Estados Unidos na região forjaram entre as lideranças da América independente ideais de solidariedade, pacifismo e relações harmoniosas.

Durante o século XIX o pan-americanismo foi o norte aliancista dos países do continente. Dois projetos se destacaram: o

* Doutorando em História pelo PPGHC/UFRJ, pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ, professor de História do Brasil e da América nos Institutos Superiores de Educação LA SALLE/RJ e bolsista da Capes.

Recebido em 07/04/2012 - Aprovado em 15/05/2012

Monroísmo e Bolivarianismo. O primeiro foi promovido pelo então presidente dos Estados Unidos, entre 1817-1825, James Monroe, através da “doutrina Monroe”. Esta almejou justificar a ação dos norte-americanos em qualquer região da América que estivesse sob a ameaça da interferência recolonizadora por parte das nações europeias. A expressão “América para os americanos”, principal insígnia da doutrina, ao longo dos séculos XIX e XX, foi utilizada por lideranças políticas e sociais da América Latina como símbolo do intervencionismo (político, econômico e militar) dos Estados Unidos sobre os países da região.

Já o bolivarianismo, proposto por Simon Bolívar,¹ apresentou aos países emergidos das lutas emancipatórias a possibilidade de união do Novo Mundo, com a constituição de uma confederação por esses países. Com isso, Bolívar objetivou contrabalançar a influência dos Estados Unidos, bem como impossibilitar anseios intervencionistas por parte dos espanhóis e seus aliados europeus. A proposta de união de Bolívar surgiu como forma de garantir um futuro de glória e liberdade para os povos latinos.

Apesar das propostas de Monroe e Bolívar, apenas em 1889 ocorreu a primeira tentativa mais contundente de união americana, com a criação da União Pan-Americana, fruto da Conferência de Washington. Os objetivos dessa organização foram variando de acordo com a conjuntura mundial, como as duas grandes Guerras Mundiais e os anos de crise econômica advindos do *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 1929. Essa união perdurou

até 1948, quando foi fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nas décadas de 1950 e de 1960, presenciemos as primeiras tentativas de unidade entre as nações latino-americanas sem a participação dos Estados Unidos. Ancoradas nos debates econômicos presentes no interior da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), promovidos, sobretudo, por Argentina e Brasil, essas propostas de unidade latino-americana traduziram a insatisfação em relação aos Estados Unidos e sua política externa para a região.

Na realidade, as nações latinas se sentiram desprestigiadas pelos norte-americanos no pós-Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos estiveram mais preocupados com a reconstrução europeia e japonesa, com a influência soviética na Ásia e, mesmo, com a descolonização afro-asiática. Pouca atenção foi relegada para a região, derivando nas tentativas autônomas de unidade.

A Guerra Fria também apresentou uma nova conjuntura histórica. A distensão da relação EUA e URSS – promovida pela desestalinização de Krushev, o deslocamento da competitividade entre as duas superpotências do militar para o econômico e tecnológico e a condição Mútua Destruição Assegurada (MAD) – asseverou uma reconfiguração da Guerra Fria, permitindo uma atuação mais independente em âmbito internacional por parte do Brasil e das nações latino-americanas.

A diplomacia do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) aproveitou a conjuntura internacional favorável para pro-

mover uma ação externa mais autônoma. O paradigma globalista (compreendido pela diversificação e autonomia das relações exteriores do Brasil como condição para a elevação do seu poder de barganha em relação aos Estados Unidos e demais nações do mundo) reinante em nossa política externa nesse momento, propiciou críticas ao então existente americanismo² e uma postura externa nacionalista e diversificada. A prioridade ao desenvolvimento econômico, a partir da industrialização e dos acordos comerciais com potências médias do eixo norte-sul, também foi buscada nesse momento.³

Como consequência dessas diretrizes, em maio de 1958 Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana. Com essa proposta, ele almejou pressionar os Estados Unidos a assumirem um compromisso com o desenvolvimento econômico latino-americano e com o combate à miséria, a partir da alocação de investimentos, assistência técnica para a promoção da produtividade industrial e apoio às exportações agrícolas. O respeito à autonomia e ao multilateralismo nas negociações entre Estados Unidos e América Latina também foi almejado.⁴

Com essa proposta, JK revigorou aspectos do pan-americanismo do século XIX. A unidade contra um inimigo externo recolonizador não foi o mote, mas, sim, a aliança dos povos latino-americanos contra a pobreza e a busca do desenvolvimento econômico. A sua proposta serviu também para pressionar os Estados Unidos no sentido de uma participação mais efetiva no combate à inóxia e ao subdesenvolvimento da região.

Os rumos da política externa brasileira, iniciados no governo JK, tiveram continuidade nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Nesses governos, as prioridades de nossa política externa estiveram amparadas no pensamento cepalino e nas formulações acerca da desigual relação centro-periferia. As elaborações cepalinas apresentavam a integração entre os latino-americanos, a diminuição da vulnerabilidade externa e a industrialização enquanto ferramentas fundamentais para a saída da América Latina do subdesenvolvimento.⁵

Como consequência desse debate, emanou no governo Jânio Quadros a política externa independente (PEI), articulada por Afonso Arinos. Seus princípios tiveram continuidade no governo João Goulart, com o ministro de Relações Exteriores San Tiago Dantas. O desenvolvimento econômico, a busca de mercados, a reforma social e a autonomia da política externa brasileira, em nome dos interesses nacionais, compuseram os pilares da PEI.

Em virtude da independência da política externa brasileira, assistimos as primeiras tentativas mais contundentes de integração regional. Essas foram sustentadas na política externa autônoma e cooperativista articulada pelo Brasil com os seus vizinhos. A unidade foi vista como um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico das nações latinas.

A intensificação do comércio, a conformação de alianças políticas, a diversificação dos parceiros comerciais (África, Europa e China), o aproveitamento dos recursos naturais e humanos da região, a

diversificação dos produtos exportados e o estímulo ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico foram elementos visualizados e articulados para a ampliação dos mercados nacionais, a maximização da competitividade regional e a diminuição das diferenças econômicas nacionais.⁶

Destacamos também que a articulação da integração regional foi possível pelo foco na economia e na industrialização presentes nas nações latino-americanas e que foram herdadas dos debates correntes no interior da Cepal. O ativo papel do Estado e a proteção das economias nacionais, fomentados pela industrialização por substituição de importações (ISI) – cujo modelo surgiu na década de 1930 como forma de superação da crise econômica do período –, catapultaram a unidade das nações latinas.

O intervencionismo do ISI foi estimulado pela ideologia nacionalista da época. O protecionismo comercial, o apoio ao mercado interno, os incentivos à industrialização, as obras de infraestrutura e o fortalecimento ao setor de serviços foram vistos pelos nacionalistas como fundamentais para a saída da América Latina do subdesenvolvimento.⁷

A primeira grande tentativa de integração comercial da América Latina ocorreu com a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc), em 1960, com a assinatura do Tratado de Montevideu. O acordo objetivou dinamizar o comércio entre os seus países membros, através do estabelecimento de um mercado comum, a potencialização dos sistemas produtivos locais, os mercados internos, a

complementação econômica e o intercâmbio de experiências no tocante ao aproveitamento dos recursos naturais. O cooperativismo, sem a interferência dos Estados Unidos, também foi o norte das propostas de integração apresentadas pelos signatários desse acordo.⁸

A experiência da Alalc foi ineficaz por distintas motivações. Não houve dinamização e diversificação das atividades econômicas entre os seus membros. Inexistiu a formulação de planos de desenvolvimento regional e foram poucos os recursos financeiros disponibilizados. Contribuíram também a instabilidade política, as diferenças econômicas entre os seus membros e a resistência de grupos políticos mais interessados em uma aliança com os Estados Unidos.⁹

Em agosto de 1980, os signatários da Alalc abandonaram esse projeto e criaram a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) por meio de um novo Tratado de Montevideu (1980). Com metas mais flexíveis e ambiciosas, essa associação latina objetivou a formação de um mercado comum entre os seus membros, mas sem um prazo fixo para o seu estabelecimento. A associação apresentou os seguintes princípios em seu artigo terceiro:

Pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade no estabelecimento de acordos de alcance parcial, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais.¹⁰

Na estrutura jurídica da Aladi foi prevista a possibilidade de acordos que desenvolvessem projetos de integração sub-regionais, plurilaterais e bilaterais. A criação do Mercosul e do Pacto Andino, por exemplo, não significaram o esvaziamento da associação. Pelo contrário, constituíram a possibilidade de conformação de um espaço econômico comum entre as nações latino-americanas.

A década de 1980 e o impulso às propostas de integração: a aproximação Argentina, Brasil e Venezuela

A década de 1980 impulsionou os projetos de integração. A superação das rivalidades entre os países latino-americanos, das ambições nacionais exacerbadas, do aliancismo incondicional com os Estados Unidos e da diplomacia da obstrução¹¹ incrementaram as perspectivas de união dos povos latinos. Essas novas perspectivas foram animadas pela criação da Aladi, dos processos de redemocratização no Cone Sul e pelos acordos diplomáticos entre Argentina, Brasil e Venezuela.

As dificuldades econômicas enfrentadas nesse decênio (inflação e endividamento externo), a instabilidade política e institucional (fruto dos processos de redemocratização) e a Guerra das Malvinas foram alguns fatores que alavancaram o processo de integração regional.¹²

A união dos povos latino-americanos foi articulada com o intuito de superar estratégias de desenvolvimento desiguais, relevar a estruturação regional e as com-

plementações produtiva, comercial e do setor de serviços, reestruturar os eixos principais de vinculação da região com os países industrializados e fortalecer os vínculos com outras nações em desenvolvimento.¹³

As transformações mundiais ocorridas no início da década de 1990 (fim da Guerra Fria, expansão da globalização e do neoliberalismo) contribuíram para o fomento da integração. O sistema econômico internacional não possuía mais espaço para a atuação solitária das nações. A ascensão de uma nova ordem mundial pós-dissolução da URSS, fundada na unipolaridade norte-americana, marcou um momento histórico onde o processo de integração deveria ser estimulado, fosse para seguir as regras sugeridas pelos Estados Unidos e instituições financeiras/países aliados, ou para desenvolver blocos regionais, com autonomia em relação aos estadunidenses e europeus.

Com justificativas e debates teóricos distintos, que perpassaram desde um realismo periférico (Argentina)¹⁴ ou pela necessidade de buscar a credibilidade e confiança da comunidade internacional (Brasil), dirigentes das nações latino-americanas promoveram, em graus variados, as reformas neoliberalizantes indicadas por instituições financeiras e pelo governo dos Estados Unidos. Essas foram vistas como soluções para os problemas macroeconômicos pelos quais essas nações passavam no início da década de 1990 (altas taxas de inflação, dívida externa, défices comerciais etc.).

Os ares liberalizantes se fizeram presentes na própria Cepal. Ao contrário das décadas anteriores, quando os cepalinos incentivaram políticas econômicas estatísticas e desenvolvimentistas, a organização incentivou ao final da década de 1980 a implantação de políticas de abertura, desregulação da economia e eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, desde que propiciassem a possibilidade de crescimento duradouro e sustentável das nações latino-americanas. As mudanças na orientação cepalina seguiram as alterações na acumulação do capital, dirigidas para a liberalização do fluxo de capitais e para o processo de desestatização.¹⁵

Com isso, tivemos a ascensão na América Latina de um “regionalismo aberto”,¹⁶ definido como uma estratégia que priorizou os processos de liberalização e interdependência econômica em nível regional, impulsionado por acordos preferenciais de integração regional, em um contexto global de abertura e desregulação. As metas dessas políticas residiram na elevação da competitividade das nações latino-americanas, bem como o fomento de uma economia internacional mais aberta e transparente.¹⁷

Com o “regionalismo aberto”, as nações latino-americanas na década de 1990 buscaram a liberalização dos mercados, a quebra das barreiras protecionistas aplicáveis ao comércio de bens/serviços e a dinamização do comércio global com a região. A integração, nesse quadro, foi vista como um instrumento fomentador da ligação com o sistema internacional e o mundo globalizado. Essa perspectiva se diferen-

ciou da ocorrida na década de 1960, quando a integração foi vista como defensiva, visto que objetivou frear a interferência do centro do capitalismo em nossas economias, o estímulo à produção industrial e o fortalecimento do mercado interno.¹⁸

Além das reformas econômicas, o “regionalismo aberto” objetivou unir a América Latina a partir do incremento de suas afinidades culturais, pela busca de acordos no tocante às políticas de segurança, pelo apoio mútuo à consolidação do sistema democrático e pela redução das assimetrias socioeconômicas dos seus países.

A integração regional foi utilizada como ferramenta para uma melhor localização da América Latina nas negociações com países e/ou blocos econômicos. Ela traduziu também os anseios de atores governamentais e não governamentais, que viram nessa possibilidade de união o fortalecimento regional para a inserção num mundo globalizado e competitivo.

As relações Argentina, Brasil e Venezuela e a integração sul-americana

A crise econômica na década de 1980 e a consolidação dos processos de democratização das nações sul-americanas impulsionaram proposições de integração regional. O novo cenário mundial, marcado pelo expansionismo da globalização e do neoliberalismo, serviu para impulsionar as possibilidades de união regional.

Os intensos debates sobre a integração na América Latina tiveram três grandes incentivadores: Argentina, Brasil e Venezuela. Objetivaremos nesta parte

do trabalho discutir as políticas externas desses três aliados sul-americanos, priorizando o relacionamento de argentinos e venezuelanos com o Brasil, bem como a política externa dos brasileiros para a região durante as décadas de 1980 e 1990.

Argentina, Brasil e Venezuela: cooperação para o fomento da integração regional

As redemocratizações do Brasil (1985) e da Argentina (1983) contribuíram para o impulso das relações bilaterais entre ambas as nações e para o fortalecimento das propostas de integração regional. A Declaração do Iguaçu (1985) e o Tratado de Integração, cooperação e desenvolvimento (1989)¹⁹ consistiram em marcos fundamentais para o recrudescimento e a solidificação da relação bilateral Brasil e Argentina.

Assinados pelos então presidentes José Sarney (1985-1990) e Raul Alfonsín (1983-1989), ambos os acordos firmaram compromissos com o intuito de promover o processo de integração latino-americano. Para ambos os governos, as dificuldades econômicas à época (dívida externa, incremento do protecionismo no mercado internacional e deterioração dos termos de intercâmbio) potencializaram a necessidade de união das nações latinas. A integração foi vista como o eixo dinamizador de uma maior capacidade de negociação com países centrais do capitalismo e suas instituições financeiras, além de promover uma maior autonomia da região.²⁰

Além desses elementos, devemos destacar outros pontos das duas declarações

subscritas por Sarney e Alfonsín. Entre esses estão visões sobre as quais a integração regional era dependente dos interesses dos agentes econômicos e políticos e, assim, caberia aos governos fomentá-la; a análise sobre a qual as correntes comerciais existentes deveriam servir como provocadores da integração; a apreciação de que unidade regional deve abarcar a produção e não apenas o comércio e, por fim, o apoio incondicional à democracia, aos direitos humanos e à autodeterminação dos povos.

Além dos fatores citados, a aliança entre Alfonsín e Sarney se explicou por transformações nas visões estratégicas dos dois países. Os argentinos perceberam que deveriam direcionar maior atenção aos seus vizinhos, pois esses eram os únicos com os quais poderiam compartilhar soluções para problemáticas similares, complementar-se em condições equitativas e “compreender-se”, em virtude do compartilhamento de uma raiz cultural comum. A revitalização de sua economia, o combate à pobreza e à violência e, mesmo, a estabilização política, somente poderiam ser fomentadas com parcerias entre os vizinhos.²¹

A aproximação Argentina-Brasil e Argentina-América Latina foi arrefecida durante o governo de Menem (1989-1999). Sob a justificativa do realismo periférico nas ações da sua política externa, Menem implementou um programa de reformas neoliberais, consolidando a transformação da economia argentina iniciada com a ditadura. Segundo Aldo Ferrer, a reforma da economia argentina durante a ditadura:

[...] interrompeu o crescimento manufatureiro e introduziu uma mudança radical em natureza das restrições externas e fiscal. A liberação da taxa de interesses e do movimento internacional de capitais inseriram plenamente a economia argentina na ordem monetária globalizada e, conseqüentemente, na especulação financeira internacional. O fez, ademais, com um instrumento peculiar, a programação do ajuste do tipo de câmbio a uma taxa muito inferior a da inflação. Esta provocou uma extraordinária valorização do peso e, conseqüentemente, a drástica deterioração da competitividade, o aumento das importações e elevados déficits simultâneos, o balanço de pagamentos e as finanças públicas²² (tradução do autor).

Ferrer destaca que durante o governo Menem culminaram as transformações iniciadas na economia argentina em 1976. Os argentinos aderiram de forma intensa aos paradigmas neoliberais. Com o posterior “regime de convertibilidade”,²³ o país assistiu à dolarização do sistema monetário, à renúncia a uma política econômica autônoma – que ficou sujeita aos movimentos dos capitais especulativos –, ao mesmo tempo em que presenciou a venda das empresas públicas e dos recursos naturais do país ao capital privado estrangeiro.²⁴

Em termos de política externa, Menem aproximou os argentinos dos norte-americanos. Essa opção apresentou padrões de comportamento. Não só não abriu confrontos político, ideológicos e de segurança com os Estados Unidos, como os apoiaram em suas iniciativas. O acerto justificou-se pelo realismo periférico. Com isso, eles almejaram ganhos materiais, em troca da não confrontação

política com o exterior. Os possíveis custos e reveses de alianças políticas foram calculados antes do estabelecimento de pactos internacionais. Como a visão hegemônica entre os formuladores da política externa argentina girava em torno da aproximação com os Estados Unidos, a inexistência de turbulências e confrontações com os norte-americanos foi intensamente buscada.²⁵

A unipolaridade norte-americana no pós-Guerra Fria incitou o realismo periférico pelos formuladores da política externa argentina. A concentração de poder econômico, político e militar nos Estados Unidos levou a que a prática do *Bandwagoning*,²⁶ ou seja, a aproximação ao país ou coalização mais forte com o intuito de retirar vantagens políticas ou econômicas de forma privilegiada. O realismo periférico dos argentinos levou ao distanciamento do país do Mercosul, sobremaneira, após a criação do projeto de constituição da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), em 1994, na 1ª Cúpula das Américas.

A iniciativa da Alca, impulsionada pelos Estados Unidos, propôs a eliminação das barreiras comerciais para a livre circulação de mercadorias, serviços e capitais no continente americano. A integração dos mercados, com o fim das barreiras alfandegárias, apresentou-se enquanto solução para o aumento dos investimentos privados na região e para o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico e da infraestrutura (transportes, energia e telecomunicações) da região.²⁷

Apesar das críticas que o projeto da Alca angariou, em virtude da potencial manutenção da submissão econômica e

política em relação aos Estados Unidos,²⁸ durante a 2ª metade da década de 1990 os argentinos mantiveram uma política ambígua em relação a esse projeto de integração e o Mercosul, buscando com isso barganhar vantagens nas negociações comerciais.

A integração ao Mercosul significava para os argentinos a possibilidade de angariar bônus para as negociações no mercado globalizado. A desvalorização do real em janeiro de 1999, contudo, possibilitou a enxurrada de manufaturas brasileiras no seu mercado interno, destacadamente nos setores têxteis, de eletrodomésticos, celulose, calçados etc. Esse novo cenário levou os argentinos a impulsionarem a Alca paralelamente ao bloco econômico sul-americano.²⁹ A tendência de maior proximidade com o Brasil foi estancada, sendo retomada em 2003 pelo governo de Nestor Kirchner (2003-2007).

Com a presidência de Kirchner, houve um redirecionamento da política externa argentina. O fortalecimento do Mercosul tornou-se fundamental e a aproximação com o Brasil e a Venezuela foi priorizada. Tal política teve raiz nas análises econômicas que atrelaram o *default* do ano de 2001 às prioridades da política externa e às diretrizes econômicas dos anos Menem.

A aposta de Kirchner no Mercosul se deveu ao não apoio aos argentinos pelos Estados Unidos e União Europeia durante a crise econômica de 2001 e, sobretudo, pela necessidade de redimensionamento do mercado comum. O governo Kirchner almejou uma maior institucionalização do bloco, além do fomento à integração pro-

ductiva, à redução das assimetrias econômicas e à diminuição da desigual relação comercial do Brasil com os membros do bloco.

O olhar estratégico do governo Kirchner para o Mercosul se deveu a uma dupla avaliação: a recuperação da economia argentina fortaleceria a principal ferramenta de integração sul-americana e a constatação de que essa recuperação econômica no pós-2003 teve como fator primordial as parcerias comerciais, produtivas e energéticas com nações do bloco.

Em relação ao Brasil, o Consenso de Buenos Aires (2003) traçou novas diretrizes para as relações bilaterais Argentina-Brasil. O apoio à democracia e aos direitos humanos; o incentivo à participação da sociedade civil nos processos de integração regional, bem como o fortalecimento desse processo; o desenvolvimento de políticas sociais conjuntas; a aliança com nações africanas e a opção pelo multilateralismo nas relações internacionais constituíram em direcionamentos externos conjuntos entre argentinos e brasileiros. Ademais, o consenso apontou para críticas aos paradigmas neoliberais e ao protecionismo econômico das nações desenvolvidas.³⁰

O Consenso de Buenos Aires foi essencial para o estabelecimento de consistentes relações bilaterais entre brasileiros e argentinos. Tal fato deveu-se ao novo realismo da política externa argentina. Para o governo Kirchner, a expansão do poder argentino no cenário internacional não poderia ser feito sem parcerias. Por isso, estar unido ao Brasil, visualizado pela comunidade internacional como potência

emergente, era fundamental. Essa aliança não significou submissão, pois os presidentes Nestor Kirchner e Cristina Fernandes (2007-...), buscaram a diminuição dos impactos sobre a economia argentina das importações de manufaturados do Brasil, além de questionar os lucros comerciais dos brasileiros com os seus vizinhos.

Após cimentar as relações bilaterais com o Brasil, os argentinos buscaram a união com a Venezuela, presidida por Hugo Chávez. Com esse país, eles buscaram financiamento, parcerias em obras de infraestrutura e abastecimento energético. A proximidade ideológica também foi um fator para essa aliança bilateral.

O marco da aproximação Argentina-Venezuela foi a *Cumbre* de Mar del Plata (2005). Essa cúpula apresentou uma resolução bastante radicalizada, confirmando as similitudes ideológicas entre os governos dessas nações. As negociações para a implantação da Alca foram suspensas, o pagamento da dívida externa pelas nações sul-americanas e do Terceiro Mundo foi questionada; a presença militar estadunidense no continente americano foi repudiado e reafirmou-se a imperiosidade necessidade de união produtiva e energética sul-americana.³¹ A cúpula marcou as opções pelo multilateralismo, nacionalismo, aliança americana (com a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) apresentando-se enquanto alternativa à Alca). A unidade sul-americana com a África foi igualmente celebrada.

Dois elementos para a aproximação Argentina-Venezuela foram marcantes: a compra de títulos da dívida pública argen-

tina pelos venezuelanos (cerca de US\$ 6,3 bilhões entre 2005-2008),³² possibilitando a reestruturação da dívida externa argentina e a integração energética, cujo maior símbolo consiste na construção do gasoduto de 12 km ligando Venezuela-Brasil-Argentina.

Não acreditamos que a aproximação dos argentinos com os venezuelanos almejou contrastar ou enfraquecer a liderança regional brasileira. A união com os venezuelanos se deveu ao novo realismo da política externa do país. A diversificação dos aliados, agregado à prioridade dada à união com os sul-americanos, motivou essa relação bilateral. A parceria com os venezuelanos propicia aos argentinos ganhos concretos. Assim, incitá-la é fundamental.

Pelo lado venezuelano, a década de 1980 foi fundamental para a sua reaproximação dos vizinhos do Cone Sul. Durante as décadas 1960 e a primeira metade da de 1970, os venezuelanos mantiveram um distanciamento em relação aos seus vizinhos sul-americanos. Nesse momento, os parâmetros da política externa do país foram pautados pela “Doutrina Betancourt”. Elaborada pelo principal articulador do Pacto de Punto Fijo,³³ Rómulo Betancourt, a política externa da Venezuela formulou condenações aos regimes ditatoriais da América Latina, defendendo incondicionalmente a democracia e os direitos humanos.

Além disso, o país passou a exercer fortes críticas ao regime cubano, por conta da sua guinada ao comunismo, pelo incentivo às guerrilhas na América Latina, além das acusações de violações aos

direitos humanos que pairavam sobre os revolucionários cubanos. Paralelamente a isso, os sucessivos governos venezuelanos buscaram o protecionismo econômico, com o intuito de incentivar a industrialização. Com isso, a política externa do país foi direcionada para a expansão de poder sobre o Caribe e para o estreitamento das relações externas com os Estados Unidos, seu principal comprador do petróleo.³⁴

A partir de 1976, os paradigmas da política externa venezuelana foram transformados. As ligações reticentes com os seus vizinhos foram sendo paulatinamente abandonadas e os ideais bolivarianistas de integração regional foram retomados. O petróleo (cujo preço foi elevado por conta da primeira crise em 1973) foi a arma do bolivarianismo integracionista venezuelano. A partir da utilização das divisas angariadas com os seus altos preços internacionais, os venezuelanos buscavam expandir sua influência e liderança sobre o Caribe e, agora, América do Sul, a partir da associação com argentinos e brasileiros.

Entre 1977 e 1978 brasileiros e venezuelanos firmaram parcerias que extrapolaram o comércio de petróleo. Acordos de complementação científica e tecnológica foram estabelecidos e pactos empresariais foram vislumbrados. O desfecho dessa aproximação ocorreu com estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônico.³⁵ Este tratado buscou aliar as nações amazônicas, com o intuito de fomentar a proteção das riquezas naturais da região, o desenvolvimento sustentável, o aproveitamento científico dos seus recursos naturais, a criação de infraestrutura de comu-

nicções e transportes e a preservação do meio ambiente. O tratado também foi visto pelos seus signatários como um passo fundamental para o desenvolvimento da integração regional.³⁶

A tendência de aproximação dos países sul-americanos pelos venezuelanos se manteve ao longo da década de 1980. A crise econômica desse período propiciou a explosão popular conhecida como “caracazo” em 1989 e uma profunda crise política. Esta se alastrou durante a década de 1990, culminando com a ascensão de Hugo Chávez à presidência em 1999.

A política externa chavista notabiliza-se pela adoção do multilateralismo (observado no incentivo às relações com África, Oriente Médio, China e Rússia) e da integração latino-americana e caribenha. Tais aspectos, para o governo venezuelano, são vistos enquanto essenciais para a propagação da soberania do país.

Na América do Sul, a política externa chavista destacou-se pelo incondicional rechaço à Alca, pela prioridade à construção da Alba e pelas negociações para a entrada no Mercosul (já aprovada pelos senados de Brasil, Argentina e Uruguai). Ademais, a política externa chavista se notabilizou pelos seguidos choques com o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) na Colômbia.

Os choques entre colombianos e venezuelanos foram propiciados pela abertura do território colombiano para bases militares norte-americanas e pelas suspeitas levantadas por Uribe sobre o apoio do chavismo ao narcotráfico. Chávez sempre se posicionou como um intermediário entre as Forças Armadas Revolucionárias

da Colômbia (Farc) e os militares colombianos (como nas negociações para a libertação da prisioneira Ingrid Betancourt).³⁷ Essa proximidade gerou renitências do uribismo em relação ao chavismo, pelo fato de o combate aos guerrilheiros das Farc, associados ao governo colombiano ao terrorismo, ser visto como fundamental.

A edificação de um mundo multipolar e com equilíbrio de poder é essencial para o chavismo. Isso pode ser constatado nos apontamentos da “Nova geopolítica internacional” venezuelana.³⁸ Os principais elementos dessa diretriz são: identificação e definição de uma política de construção e articulação dos novos polos de poder geopolíticos no mundo; aprofundamento da amizade, confiança e solidariedade para a cooperação e coexistência pacífica entre os povos; estabelecimento de um mapa geopolítico de desenvolvimento energético; construção de novos espaços de cooperação econômica e financeira e integração cultural e científica.

A propagação e relativa influência desses pilares venezuelanos no relacionamento com a América do Sul se deveu à conjuntura internacional de alta dos preços do petróleo pós-2001 e à sua utilização estratégica pelo governo venezuelano. O petróleo e os “petrodólares” foram disponibilizados para o incentivo aos projetos de integração surgidos no continente americano. Como parte disso, podemos citar os acordos do interior da Alba e o crescimento desse bloco, que foram em parte catapultados pela utilização do petróleo como elemento fomentador da integração e os projetos de construção da Petroamérica.³⁹

A integração com a América do Sul também foi identificada como relevante para desenvolvimento interno venezuelano. Tal como os argentinos, o estabelecimento de parcerias regionais foi visto como essencial para o crescimento socioeconômico do país.

Identificamos dois momentos da política externa venezuelana. Um primeiro entre 1999-2004, onde a instabilidade política interna (derivada da tentativa de golpe de Estado em abril de 2002, do *paro* petrolero entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 e do referendo revogatório de mandato em agosto de 2004) levou a uma política externa mais pragmática, com a defesa do multilateralismo, da democracia e dos direitos humanos consistindo em pilares fundamentais.

Outro momento foi de 2005-2012. Nesse período, assistimos à consolidação do projeto chavista no interior do país e à existência de uma política externa mais agressiva, com a defesa do projeto da Alba, da unidade sul-americana e da união da região com nações africanas, do Oriente Médio, Rússia e China. Além disso, nesse segundo momento o discurso contra os Estados Unidos, sobretudo na gestão de Bush (2000-2008), foi intensificado e a defesa de relações solidárias e cooperativas entre os países foi intensificada. As bandeiras do bolivarianismo e do socialismo do século XXI foram desfraldadas com mais vigor. Com isso, o chavismo buscou uma maior aproximação das nações americanas com o seu projeto político.

Pelo lado brasileiro, o recrudescimento da aliança com os seus vizinhos teve

motivações diferenciadas, mas não menos turbulentas. A política externa brasileira pós-1974 retomou o caminho do globalismo. Durante os governos Geisel (1974-1979), principalmente, e Figueiredo (1980-1985), desenvolvemos uma política externa que buscou incentivar o crescimento econômico brasileiro, o desenvolvimento científico e tecnológico e a expansão das empresas brasileiras pela América Latina, África e Oriente Médio.⁴⁰

A presença das empresas brasileiras no exterior e a busca de liderança política pelo Brasil consolidaram as relações com os latino-americanos enquanto prioritárias em nossa política externa. Essa tendência foi marcante até meados da década de 1990, quando ocorreu uma reorientação em suas diretrizes no sentido de priorizar as relações com a América do Sul. Essa mudança de eixo teve três motivações: a adesão do México ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), tendo como impacto um alinhamento aos EUA e às diretrizes de sua política externa; a visão da América do Sul como uma área estratégica para os interesses nacionais brasileiros e para a sua afirmação enquanto potência emergente; o debate conceitual, que questiona a semântica histórica do conceito de América Latina e a validade de sua utilização nas ciências humanas.⁴¹

Com a redemocratização do Brasil, os governos civis impulsionaram as alianças e acordos com os países sul-americanos. Ainda que realizada vagarosamente (por conta das disputas no interior do Itamaraty entre uma política externa semelhante à de Menem e outra, tradicionalista, que

propunha o distanciamento em relação a Washington), a aliança com os sul-americanos consistiu num elemento tangencial para o desenvolvimento econômico brasileiro e para a edificação do “Brasil potência”.

As transformações ocorridas no sistema internacional com a crise econômica da década de 1990, o fim da Guerra Fria e as reformas econômica neoliberalizantes alteraram a nossa política externa. O desenvolvimento da “autonomia pela participação” foi o norte. A postura defensiva, ou “autonomia pela distância”, típica dos anos Geisel e Figueiredo, foi substituída por uma postura imperativa e participativa, que revigorou o multilateralismo, uma política desenvolvimentista ativa e buscou uma maior institucionalização do sistema internacional.⁴²

Durante o governo de FHC (1995-2002), destacadamente no seu segundo mandato, e, sobretudo, durante o governo Lula (2003-2010), a presença brasileira na América do Sul foi consolidada. Além das tentativas de fortalecimento do Mercosul (consolidadas na gestão de Lula), assistimos nesse período de 15 anos a uma série de cúpulas presidenciais lideradas pelo Brasil; acordos de cooperação energética, científica e tecnológica; promoção de projetos de infraestrutura (destacadamente transportes e comunicações); criação de órgãos, instituições e pactos (Alcsa, Unasul, Conselho Sul-Americano de Defesa e Banco do Sul) que afirmaram não só a liderança do Brasil na região, mas a própria irreversibilidade da integração sul-americana.⁴³

O segundo mandato de FHC (1999-2002) foi marcado pela mudança na condução da política externa brasileira. Os três pilares fundamentais de sua política externa (democracia, busca de mercados e apoio aos direitos humanos) foram mantidos, mas tivemos uma inflexão do discurso diplomático brasileiro, no sentido de maiores críticas ao modelo vigente na estruturação do comércio internacional (sobretudo na apresentação de maiores críticas a OMC, tendencialmente favorável às nações ricas e ao protecionismo econômico desses países, com a utilização, por exemplo, de barreiras não tarifárias sobre produtos agrícolas).⁴⁴

O governo FHC também traçou como meta o fortalecimento do Mercosul e a inserção brasileira na América do Sul, primordialmente através da dinamização do comércio (superavitário para o Brasil com os países da região) e dos incentivos às obras de infraestrutura (consolidadas em 2001 com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). Em relação à Alca, FHC manteve um relativo distanciamento, embora não tenha fechado as portas para esse projeto, com o intuito de pressionar os europeus para a criação de uma área de livre comércio Mercosul – União Europeia e para não diluir o Mercosul, prioritário para a política externa brasileira.⁴⁵

A inserção brasileira na América do Sul durante o período de FHC foi marcada por parâmetros essencialmente mercadológicos. Buscamos a ampliação das nossas exportações para os países sul-americanos, bem como o aumento da inserção de nossas

empresas nos nossos vizinhos. Mesmo a conectividade física, só foi verdadeiramente impulsionada no penúltimo ano do seu mandato, com a Iirsa.

A fragilidade do Mercosul durante a segunda metade da década de 1990 não pode ser explicada apenas pelas crises do México, Rússia, Tigres Asiáticos e, por fim, Argentina (2001-2002). Embora esses acontecimentos tenham sido fundamentais, o baixo grau de institucionalização do bloco e do seu caráter, fundamentalmente comercial, contribuiu para que o mercado comum ficasse em crise permanente.

O fortalecimento do Mercosul e da própria integração sul-americana se deveu às transformações políticas ocorridas na região no final do século XX e início do XXI, com a chegada de Hugo Chávez, Lula, Nestor Kirchner, Evo Morales, Tabaré Vázquez, Rafael Corrêa e Fernando Lugo às presidências, respectivamente, da Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai. Esses governantes priorizaram o desenvolvimento da integração regional. Com isso, a união meramente comercial foi abandonada, e a partir daqui desenvolvemos a integração produtiva, física, energética, financeira e político-institucional.

Em relação ao segundo ponto, o Brasil cumpriu um papel fundamental. Não poderíamos falar hoje na consolidação da integração sul-americana sem a referência ao papel ativo e na liderança de Lula para o impulso da unidade sul-americana. Diferentemente de FHC, que manteve durante os seis primeiros anos de governo um maior distanciamento e relações muito

pragmáticas com as nações sul-americanas, Lula desde o início do seu governo foi um entusiasta da integração da América do Sul.

Evidentemente, o ânimo de Lula com a integração não foi apenas por laços cooperativos e de solidariedade, elementos presentes no discurso brasileiro. Três grandes fatores impulsionaram essa forte presença na região: a expansão das grandes empresas brasileiras, construção civil, indústrias de bebidas e têxtil, bancos, Petrobras, Vale do Rio Doce e Embraer; a aspiração de liderança global do Brasil, que deveria ter como passo inicial à consolidação de sua proeminência na América do Sul; o potencial da América do Sul hoje no mundo, em virtude das reservas energéticas (petróleo, hidrelétricas, gás e carvão) e produção de “*commodities* agrícolas”, a ampliação dos mercados consumidores (por conta de políticas distributivas de renda e da geração de emprego) e pelas perspectivas de maior relacionamento comercial com a China, em virtude da demanda chinesa por energia e alimentos.

Diante da crise econômica nos Estados Unidos e União Europeia no pós-2008, a América do Sul, bem como Caribe, México e América Central, apresenta-se como alternativa viável ao fluxo de capitais especulativos e também produtivos.⁴⁶ A consolidação da parte sul do continente na comunidade internacional gerará a necessidade de maior presença do Brasil não apenas pela liderança regional exercida, mas por conta do seu desejo de se tornar um “global player” atuante no cenário internacional.

Conclusão

Acreditamos que o processo de crescimento econômico sul-americano é irreversível. A posição estratégica da região, por conta dos seus inúmeros recursos naturais (petróleo, minérios, gás natural, biodiversidade e *commodities* agrícolas) e a consolidação de um forte mercado em contínua expansão, em virtude da diminuição das assimetrias sociais no interior dos seus países, levam a que a região entre na segunda década do século XXI em um novo patamar para o desenvolvimento socioeconômico.

Por tais circunstâncias, o processo de integração da região encontra-se em passos de consolidação e possui uma tendência à irreversibilidade. Tal processo consolida não apenas a possibilidade de diminuição das diferenças sociais, políticas e econômicas entre as nações sul-americanas, mas potencializa a liderança do Brasil diante de uma ordem mundial que demonstra claros sinais de mutação pela ascensão econômica e aumento da influência internacional da China e dos demais membros dos Brics, mas também pelas pressões de Estados, empresas e ONGs para as transformações de organismos e instituições originadas no pós-Segunda Guerra (ONU, FMI etc.).

Argentina, Brazil and Venezuela: multiple perspectives in relation to regional integration

Abstract

The end of the first decade of century XXI marked the consolidation of the South American process of integration. Such process, integration, started in 1950. In this article, we will search to argue the history of the process of regional integration and alliance Argentina, Brazil and Venezuela for the consolidation of this process.

Keywords: Integration. South America and Brazil.

Notas

- ¹ O venezuelano Simon Bolívar foi uma das principais lideranças das lutas de independência da América Hispânica. Liderou os processos de independência da Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela.
- ² O americanismo concebeu os norte-americanos como eixo da política externa. Uma maior aproximação a Washington significava a elevação dos recursos de poder do país.
- ³ LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflictos de paradigma en la política exterior brasileña*. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1994. p. 66 et seq.
- ⁴ CARDOSO, Ana Maria Ribas. *A operação pan-americana – A diplomacia nos tempos de JK (1956-1961)*. Disponível em: <http://www.universidade.br/uc/cursos/graduacao/ri/pdf/opa.pdf>. Acesso em: nov. 2010; MELLO, Alexandra de Melo e. *O Brasil de JK – a política externa no cenário da Guerra Fria*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: nov. 2010.
- ⁵ Ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da Cepal. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ⁶ TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2008. p. 36 et seq..

- ⁷ FAJARDO, Maria Esther Morales. *Un repaso a la regionalización y el regionalismo: los primeros procesos de integración regional en América Latina*. Disponível em: <http://confines.mty.itesm.mx/articulos6/MoralesM.pdf>. Acesso em: ago. 2010.
- ⁸ *Tratado que estabelece uma zona de livre-comércio e institui a associação latino-americana de livre-comércio*. Disponível em: <http://www.aladi.org/NSFALADI/ARQUITEC.NSF/VSI-TIOWEBp/ALALCp>. acesso em: jan. 2010.
- ⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *Do sonho à realidade: a integração latino-americana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. p. 36 et seq.
- ¹⁰ *Tratado de Montevideu – 1980*. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadowebp/tm80>. Acesso em: nov. 2010.
- ¹¹ Compreendida pela conduta de sistemática obstrução das iniciativas de cooperação pelos países latino-americanos.
- ¹² CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 199.
- ¹³ TORRES, Jorge José. Op. cit., p. 92.
- ¹⁴ SANTORO, Maurício. *Ideias, diplomacia e desenvolvimento – ascensão e queda do realismo periférico na Argentina*. Tese (Doutorado) - IUPERJ, 2008. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/Santoro%20IUPERJ%20Realismo%20periferico%20en%20Brasil.pdf>. Acesso em : Jul/2010. Capítulo 1.
- ¹⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 68.
- ¹⁶ O regionalismo aberto refere-se ao desenvolvimento do processo de integração regional.
- ¹⁷ TORRES, Jorge José. Op. cit., p. 111.
- ¹⁸ TORRES, Jorge José. Op. cit., p. 113-115.
- ¹⁹ *Ver Tratado de integração, cooperação e desenvolvimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm. Acesso em: nov. 2010.
- ²⁰ *Ver Declaração do Iguacu*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm. Acesso em: nov. 2010.
- ²¹ GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil – a grande oportunidade*. Trad. de Glória Rodriguez. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 112.
- ²² FERRER, Aldo. La nueva economía argentina. In: ENCONTRO DE PROFESSORES E EX-ALUNOS DO CURSO PARA DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS, I. *Textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 9.
- ²³ O Plano de Convertibilidade baseou-se na fixação de um câmbio em relação ao dólar (pa-

- ridade austral (moeda vigente até 1992)/peso-dólar).
- ²⁴ FERRER, Aldo. Op. cit., p. 10.
- ²⁵ CERVO, Amado Luiz. Op. cit., p. 216-222
- ²⁶ HURREL, Andrew. Op. cit., p. 17.
- ²⁷ *Primeira Cúpula das Américas* – declaração de Miami. Disponível em: http://www.ftaa-alca.org/summits/miami/declara_p.asp. Acesso em: set. 2010.
- ²⁸ Em relação às críticas a Alca, ver GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia* – uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ²⁹ MEZA, Raul Bernal. *Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a03.pdf>. Acesso em: ago. 2010.
- ³⁰ *Ver Consenso de Buenos Aires*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_385_5167.htm. Acesso em: ago. 2010.
- ³¹ *Declaración final de la III Cumbre de los pueblos de América*. Disponível em: <http://www.integracionsur.com/alca/mardelplata/CumbrePueblosDeclaracionFinal.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- ³² *Prensa bonaerense dice que Argentina paga alto costo por ayuda financiera de Chávez*. Disponível em: http://www.el-nacional.com/www/site/p_contenido.php?q=nodo/38967. Acesso em: ago. 2008.
- ³³ O Pacto de Punto Fijo constituiu num concerto entre os partidos AD (Aliança Democrática), Copei (Partido Social-Cristão) e URD (União Republicana Democrática) que almejou encurtar as diferenças ideológicas e programáticas entre os futuros presidentes da Venezuela. Com isso, se avalizava uma convergência de interesses entre grupos dominantes e os seus pares para o domínio do aparelho de Estado venezuelano. In: MCCOY, Jennifer L.; MYERS, David J. (Org.). *Venezuela: del Pacto de Punto Fijo al chavismo*. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2007. p. 13 et seq.
- ³⁴ CERVO, Amado Luiz. *A Venezuela e seus vizinhos*. Brasília: UnB, 2001. Cap. 3.
- ³⁵ O Tratado de Cooperação Amazônica foi firmado em 1978 pelos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela,
- ³⁶ *Tratado de Cooperação Amazônica*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em: ago. 2010.
- ³⁷ *Mediação de Chávez foi essencial para libertação de reféns, diz Ingrid Betancourt na Folha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/825404-mediacao-de-chavez-foi-essencial-para-libertacao-de-refens-diz-ingrid-betancourt-na-folha.shtml>. Acesso em: nov. 2010.
- ³⁸ *Proyecto nacional Simón Bolívar (primer plan socialista)* – desarrollo económico y social de la nación (2007-2013). Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/PPSN.pdf>
- ³⁹ Sobre a integração energética regional promovida pelo chavismo, ver BARBARITO, Maria A. Hernández. A integração energética da América Latina e Caribe. *DEP – Diplomacia Estratégica Política*, Brasília: Projeto Raul Prebisch, n. 9, p. 233-255, jan./mar. 2009.
- ⁴⁰ Sobre a expansão das empresas brasileiras no exterior durante os governos Geisel e Figueiredo, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *Contra a Corrente* - Revista marxista de teoria, política e história contemporânea, ano 2, n. 3, p. 70-77, 2010; MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Tendências recentes do capitalismo brasileiro. In: *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1979]. p. 83-106.
- ⁴¹ Sobre estes três elementos, ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>; FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. Bauru: São Paulo, 2005.
- ⁴² DE LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: *Os Brics e ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 48-49.
- ⁴³ DE LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica. Op. cit., p. 56-58.
- ⁴⁴ ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. *A política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília: Câmara dos Deputados – coordenação de publicações, 2006. p. 77-87.
- ⁴⁵ ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. Op. cit., p. 87. Sobre a Iirsa, ver <http://www.iirsa.org/Institucional.asp?CodIdioma=ESP>.
- ⁴⁶ *Investimento estrangeiro direto na América Latina cresce 16,4% no semestre*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/822713-investimento-estrangeiro-direto-na-america-latina-cresce-164-no-semestre.shtml>. Acesso em: out. 2010.

Bibliografia

- ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. *A política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita*. Brasília: Câmara dos Deputados – coordenação de publicações, 2006. p. 77-87.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>
- BARBARITO, Maria A. Hernández. A integração energética da América Latina e Caribe. *DEP – Diplomacia Estratégica Política*, Brasília, Projeto Raul Prebisch, n. 9, p. 233-255, jan./mar. 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *Contra a Corrente* - revista marxista de teoria, política e história contemporânea, ano 2, n. 3, p. 70-77, 2010.
- CARDOSO, Ana Maria Ribas. *A operação pan-americana – a diplomacia nos tempos de JK (1956-1961)*. Disponível em: <http://www.univercidade.br/uc/cursos/graduacao/ri/pdf/opa.pdf>. Acesso: nov. 2010.
- CERVO, Amado Luiz. *A Venezuela e seus vizinhos*. Brasília: UnB, 2001. cap. 3.
- _____. *Relações internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DE LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica. Brasil como país intermediário e poder regional. *Os Brics e Ordem Global*, Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 48-49.
- FAJARDO, Maria Esther Morales. *Un repaso a la regionalización y el regionalismo: los primeros procesos de integración regional en América Latina*. Disponível em: <http://confines.mty.itesm.mx/articulos6/MoralesM.pdf>. Acesso: Ago. 2010.
- FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo, 2005.
- FERRER, Aldo. La nueva economía argentina. In: ENCONTRO DE PROFESSORES E EX-ALUNOS DO CURSO PARA DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS, I. *Textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 9.
- GULLO, Marcelo. *Argentina-Brasil – a grande oportunidade*. Trad. de Glória Rodriguez. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 112.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflictos de paradigma en la política exterior brasileña*. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1994. p. 66 et seq.
- MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Tendências recentes do capitalismo brasileiro. In: *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1979]. p. 83-106.
- MELLO, Alexandra de Melo e. *O Brasil de JK – a política externa no cenário da Guerra Fria*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: nov. 2010.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Do sonho à realidade: a integração latino-americana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. p. 36 et seq.
- MEZA, Raul Bernal. *Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a03.pdf>. Acesso em: ago. 2010.
- SANTORO, Maurício. *Ideias, diplomacia e desenvolvimento – ascensão e queda do realismo periférico na Argentina*. Tese (Doutorado) - Iuperj, 2008. Disponível em: <http://>

www.argentina-rree.com/Santoro%20IU-PERJ%20Realismo%20periferico%20en%20Brasil.pdf Acesso em: jul. 2010.

TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2008. p. 36 et seq.

Fontes

Consenso de Buenos Aires. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_385_5167.htm. Acesso em: ago. 2010.

Consenso de Buenos Aires. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/bargt_385_5167.htm. Acesso em: ago. 2010.

Declaração do Iguaçu. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm. Acesso em: nov. 2010.

Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadowebp/tm80>. Acesso em: nov. 2010.

Investimento estrangeiro direto na América Latina cresce 16,4% no semestre. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/822713-investimento-estrangeiro-direto-na-america-latina-cresce-164-no-semestre.shtml>. Acesso em: out. 2010.

Mediação de Chávez foi essencial para libertação de refêns, diz Ingrid Betancourt na Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/825404-mediacao-de-chavez-foi-essencial-para-libertacao-de-refens-diz-ingrid-betancourt-na-folha.shtml>. Acesso em: nov. 2010.

Prensa bonaerense dice que Argentina paga alto costo por ayuda financiera de Chávez. Disponível em: http://www.el-nacional.com/www/site/p_contenido.php?q=nodo/38967. Acesso em: ago. 2008.

Primeira Cúpula das Américas – declaração de Miami. Disponível em: http://www.ftaa-alca.org/summits/miami/declara_p.asp. Acesso em: set. 2010.

Proyecto nacional Simón Bolívar (primer plan socialista) – desarrollo económico y social de la nación (2007-2013). Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/PPSN.pdf>.

Tratado de cooperação amazônico. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em: ago. 2010.

Tratado de Montevideú – 1980. Disponível em: www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/vsitidwebp/tratadop. Acesso em: 20 abr. 2012.

Tratado que estabelece uma zona de livre-comércio e institui a associação latino-americana de livre-comércio. Disponível em: <http://www.aladi.org/NSFALADI/ARQUITEC.NSF/VSITIOWEBP/ALALCp>. Acesso em: jan. 2010.